



BALANÇO DA ACTIVIDADE AUTÁRQUICA – 3º ano Mandato (2007-2008)

Entre 2005 e 2007, os Vereadores do PS na Câmara Municipal de Viseu, apresentaram 18 propostas, num conjunto de 101 medidas, como disso foi dado conhecimento público pela Comunicação Social no Balanço da Actividade apresentado e que regeu a primeira metade de exercício do estatuto de oposição no presente mandato autárquico.

Durante o ano em curso, o terceiro do nosso mandato, pretendemos, mais uma vez, fazer o balanço da actividade desenvolvida, dando disso nota pública aos viseenses a quem temos a obrigação de prestar contas.

À semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, também agora não houve excepções: a maioria do PSD na CMV rejeitou liminar e sistematicamente todas as nossas propostas. Propostas que consideramos pertinentes, necessárias e que traduzem a preocupação sentida para com o as famílias, as empresas e a indústria, na salvaguarda dos seus interesses e na defesa do que consideramos ser um equilíbrio justo entre a actuação da autarquia e a defesa dos interesses dos munícipes que representa.

Assim, **PROPUSEMOS:**

Baixar impostos, competência que pode ser exercida pela autarquia dentro dos limites fixados pelo Governo através dum conjunto de medidas legislativas que reflectem a preocupação com a desoneração fiscal das empresas e dos cidadãos, dando assim um contributo positivo para responder activamente às dificuldades conjunturais da economia portuguesa, mas a que a CMV tem feito “ouvidos moucos” revelando a sua total falta de sensibilidade para com os reais problemas da população e das empresas:

DERRAMA

Que se apliquem as seguintes taxas de derrama:

- Para os sujeitos passivos com lucro tributável em 2008, não isentos de IRC e com volume de negócios que ultrapassem € 150 000, residentes no Concelho de Viseu, uma derrama de 1,25%; **A CMV fixou** no máximo, 1,5%;
- Para os sujeitos passivos com lucro tributável em 2008, não isentos de IRC e com volume de negócios que não ultrapassem € 150.000, residentes no Concelho de Viseu, uma derrama de 0,75%. **A CMV** apenas reduziu em 10%.

Tarifas de ligação do prédio dos serviços de drenagem de águas residuais

Apresentámos como proposta de alteração ao Regulamento do Serviço de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Viseu, a fixação do valor da tarifa de ligação do prédio em 0,35% do seu valor patrimonial tributário, ao contrário dos 0,6% propostos pela maioria do PSD.

IMI

Os Vereadores do PS face à injustiça dos actuais coeficientes elevados, sempre defenderam a necessidade de baixar as taxas municipais do IMI:

Os Vereadores do PS sempre defenderam a necessidade e urgência, da revisão do cálculo do IMI tanto mais que as Contas de Gerência do Município, vêm-lhes dar razão, pois registam, no período de 2004 a 2007, um aumento das receitas do IMI de 43%.

IMI 2009

Dado que em 2008, em Resolução de Conselho de Ministros, se aprovou uma redução das taxas máximas de IMI em 0,1 pontos percentuais, os limites fixados passaram a situar-se:

- Imóveis que não foram sujeitos a reavaliação desde 2003, a taxa podia variar entre [0,4%; 0,8%], passou para o máximo de 0,7%. Os Vereadores do PS propuseram 0,56%. A maioria do PSD manteve os valores fixados em 0,7%, portanto, no limite máximo agora fixado.
- Imóveis reavaliados desde 2004 (ano em que o IMI substitui a Contribuição Autárquica) a taxa podia variar entre os [0,2%;0,5%], passou para o máximo de 0,4%. Os Vereadores do PS propuseram 0,30%. A maioria do PSD fixou no novo limite máximo estabelecido pelo Governo, em 2008, ou seja 0,40%.

IRS

Participação variável no IRS (artº 20º da Lei das Finanças Locais)

A CMV fixou, nos 5% (limite máximo que a Lei estabelece), a participação variável no IRS dos contribuintes com domicílio fiscal na circunscção fiscal do Município de Viseu, a proposta do PS de fixar esse montante em 3%, sobre os rendimentos de 2008 o qual se repercutirá no Orçamento Municipal de 2009,

CONCORDAMOS (ACRU)

Com os incentivos financeiros à reconversão de imóveis, com períodos de isenção em IMT e IMI, para quem invista na reabilitação dos imóveis do Centro Histórico, como propõe a Viseu Novo-SRU,SA, e **DEFENDEM** a criação de mais um zonamento único com coeficiente de localização de 0,4 para as habitações ali situadas.

RECOMENDÁMOS:

Que, relativamente à actualização da **tabela de licenças, taxas e prestação de serviços** do município de Viseu, fosse feita uma reavaliação rigorosa e séria do que deve ser uma política de taxas e licenças, quer no que diz respeito a uma lógica de custo/benefício municipal, quer sobretudo em termos da necessária competitividade face aos municípios vizinhos e que se traduza numa fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos a realizar pela autarquia local, bem como que a actualização prevista para 2008 leve em linha de conta o estipulado na nova Lei das Finanças Locais que consagra o enquadramento jurídico das taxas por uma lei definidora do «regime geral das taxas das autarquias locais»;

VOTÁMOS CONTRA

A inclusão nas facturas da PT – Comunicações da Taxa Municipal de Direitos de Passagem; a fixação das taxas de IRS, porque deveriam ser as operadoras a suportar essa taxa e não os consumidores.

PDM

DEMONSTRÁMOS o atraso em que se encontra o processo de revisão do PDM (já lá vão 8 anos) e o facto do Sr. Presidente ter afirmado publicamente que o trabalho da Câmara já estava concluído, tentando remeter a terceiros eventuais e futuros atrasos que o processo venha a sofrer. Os Vereadores do PS demonstraram que o atraso do processo era da responsabilidade da Câmara (tome-se, por exemplo, a data da última reunião pedida pela Câmara e realizada com a Comissão Técnica de Acompanhamento, Fevereiro de 2007 e só passado ano e meio é que a Câmara pede nova reunião e apresenta nova proposta). Como **PROVÁRAM** que a Câmara tem e deve ter um papel activo, dinâmico e propulsor nas fases seguintes, facto que obrigou o Sr. Presidente, na última reunião, a ter que dizer **que afinal o que estava concluído era o trabalho técnico da Câmara, como se houvessem duas Câmaras, a técnica e a política**. Infelizmente, também isso não é verdade, porque decorrendo das fases seguintes nas quais a autarquia terá também que participar activamente, poderá haver necessidade de ajustamentos técnicos ao processo.

DENUNCIÁMOS

A estratégia adoptada pela autarquia como forma de arrecadar mais receitas para os SMAS ao substituir da **tarifa de aluguer de contadores**, abolida por lei, pela **tarifa de disponibilidade**, a qual foi agravada pela actualização do preço a pagar pelos consumidores.

LAMENTAMOS

A falta de sentido democrático que se vive na autarquia de Viseu, porquanto, se recusa, mesmo à revelia do que o Código de Procedimento Administrativo impõe, a fornecer a informação solicitada relativamente ao cálculo dos custos

suportados pelos SMAS com a distribuição domiciliária da água para consumo público, bem como o cálculo das tarifas incluídas na alteração ao “Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Concelho de Viseu “.

Lamentámos ainda que as escolas requalificadas no âmbito da carta educativa não disponham de quadros interactivos e tenham sido apetrechadas com quadros de giz.

REALÇAMOS COMO POSITIVO

O facto de, finalmente e depois de grande insistência do PS, a CMV ter aderido ao Conselho Local de Acção Social. Foram necessários mais de onze anos para que o PSD compreendesse que a política eficaz de reforço da solidariedade e da coesão social depende da solidificação da cooperação entre Administração Central, Autarquias Locais, IPSS e outros promotores sociais e registamos o facto de ter sido o último município do país a fazê-lo. É caso para dizer, “mais vale tarde do que nunca”.

O lançamento dos concursos para a criação dos novos Centros Escolares.

O Estudo de Enquadramento Estratégico para a área Crítica de Recuperação e reconversão Urbanística (ACCRU) encomendado ao grupo Parque EXPO 98,SA com vista ao enquadramento estratégico de suporte às operações de reabilitação da ACCRU de Viseu, onde se inclui o Centro Histórico da cidade.

Viseu, 13 de Outubro de 2008

Os Vereadores do PS na CMV

(Miguel Ginestal)

(José Manuel Oliveira)

(Conceição Matos)